

O IMPACTO DOS AUXÍLIOS NA PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INTERNACIONAIS DA UNILAB

Aluna: Rebeca Gaspar Miguel

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

Resumo

O presente artigo pretendeu estudar a temática sobre o impacto dos auxílios na permanência de estudantes internacionais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Os auxílios fazem parte do programa de assistência estudantil da universidade, através dos benefícios repassados pelo PNAES, que visam a proporcionar aos estudantes condições de permanência. A escolha desse tema foi motivada pela necessidade de compreender até que ponto as políticas estudantis de permanência contribuem significativamente no percurso dos estudantes contemplados, entendendo que é fundamental contribuir nos indicativos que venham estimular novas políticas ou melhoramento daquelas que já existem. Seu objetivo consistiu em analisar como as ações de assistência estudantil impactam na permanência dos estudantes internacionais na UNILAB. Foram entrevistados 33 estudantes de diferentes cursos e nacionalidades e os resultados encontrados contribuirão para o melhoramento e aperfeiçoamento da gestão do programa. O resultado do estudo mostra que a UNILAB tem contribuído para a permanência dos estudantes internacionais vinculados ao programa de assistência estudantil (PROPAE), porém ainda necessita de melhoria quanto ao valor ofertado, dado o custo de vida local, relativamente aos auxílios alimentação e moradia, porque em muitos casos não suprem as necessidades básicas dos estudantes e conseqüentemente acabam sendo muito mais difíceis para a permanência do estudante.

Palavras-chaves: Universidades públicas brasileiras. Auxílios. Permanência estudantil. PNAES.

Abstract

This article aimed to study the issue of the impact of grants on the permanence of international students at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). The grants are part of the university's student assistance program, through the benefits transferred by the PNAES, which aim to provide students with conditions of permanence. The choice of this theme was motivated by the need to understand the extent to which student permanence policies significantly contribute to the path of the contemplated students, which makes believe that it is essential to contribute to the indicatives that will stimulate new policies or improve those that already exist. Its objective was to analyze how student assistance actions impact the permanence of international students at UNILAB. 33 students from different courses and nationalities were interviewed and the results found will contribute to the improvement and improvement of program management. The result of the study shows that UNILAB has contributed to the permanence of international students linked to the student assistance program (PROPAE), but it still needs improvement in the value offered, given the local

cost of living, in relation to food and housing assistance, because in many cases they do not meet the basic needs of students and consequently end up being much more difficult for the student to stay.

Keywords: Brazilian public universities. Aids. Student stay. PNAES.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Defendido e Aprovado em: 20/08/2021.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	METODOLOGIA	8
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais sempre constituíram um empecilho para o desenvolvimento de muitas sociedades, a construção de um estado em torno daqueles que detêm o poder, a má distribuição e as políticas segregadoras criaram um vazio de esperança para aqueles que não se reviam nas políticas implementadas pelo estado. Na fala de Gaspardo (2019), a desigualdade é uma função da disputa de forças e de sentidos travada entre os diferentes atores e classes sociais ao longo da história.

Portanto, o Brasil vem criando políticas públicas de inserção, inclusão e integração na educação em função dos níveis alarmantes de desigualdades sociais com o objetivo de inserir todos aqueles que historicamente foram excluídos, é evidente a partir dos dispositivos legais que visam proporcionar direito de igualdade e oportunidade, embora motivando outros problemas segregacionistas, como as cotas² por exemplo.

O ensino superior é o nível mais alto do sistema educativo, é realizado em uma universidade, faculdade ou instituto e escolas superiores, com o intuito de oferecer graus acadêmicos ou diplomas profissionais e agregar conhecimento que contribuam para a resolução dos problemas da sociedade. Como ressalta Diniz e Georgen (2019), a educação superior brasileira está atrelada em termos jurídicos por dispositivos constitucionais regulamentados por leis ordinárias que regem o sistema de ensino, em termos nacionais, assim como internacionais.

Infelizmente, o ingresso no Ensino Superior não constitui uma realidade alcançável para todos, por várias razões de ordens sociais, econômicas, políticas e culturais, mesmo com avanços das políticas afirmativas. Muitos não têm tido a oportunidade de ingressar ao Ensino Superior pelas razões supracitadas acima, portanto, é fundamental a intervenção dos órgãos governamentais e não governamentais através das mais variadas políticas de forma a se combater tais problemas.

É de salientar que enquanto alguns têm a universidade como um objetivo difícil de alcançar, outros vivem a realidade de enormes dificuldades de permanência dentro da universidade e como consequência a evasão. Portanto, é importante a criação de

² A Lei nº 12.711/2012 determina que todas as universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia reservem no mínimo 50% das vagas de cada curso para estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas, estudantes com renda familiar mensal igual ou menor que 1,5 salário mínimo per capita, além de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Em 2016, as pessoas com deficiência foram incluídas no programa de cotas a partir da sanção da Lei 13.409/16.

mecanismos para a permanência do indivíduo no ensino superior, como as políticas de assistência estudantil a partir de um estudo bem apurado, de forma a propor soluções para que os discentes concluam seus estudos. Costa (2009) diz que as políticas estudantis devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo realize as atividades diárias nas instituições, mas também de ordem pedagógica e psicológica.

Até os anos 1920 no Brasil, as políticas sociais, incluindo a educação, não constituía uma preocupação para o governo, sendo que a educação era um privilégio de uma elite com poder, desta feita, não existiam mecanismos que garantiam a permanência escolar para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse cenário se reverteu a partir dos anos 1930, quando o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade pela oferta da educação primária a partir da Constituição Federal de 1934, mas sem grande êxito. Entre os anos 1930 e 1970, foram fomentadas a profissionalização de nível médio e a garantia de assistência estudantil, incentivando a permanência a partir da contemplação do auxílio financeiro. Já na década de 1980, a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, trazendo a educação como um direito universal, proporcionando garantia do acesso e permanência escolar (QUEIRÓS; OLIVEIRA, 2017).

Neste sentido, é importante salientar que a permanência estudantil tem seu custo, mas é uma questão de justiça social e de fundamental importância no cumprimento constitucional. (GASPARDO, 2019).

Apesar de limitado, o Estado brasileiro assumiu o papel de dar resposta aos vários problemas que a educação vinha enfrentando, isso envolvia a criação, expansão e a garantia de condições de forma que todos que ingressarem no ensino superior, pudessem permanecer até a conclusão do curso.

É a partir dessa temática que o estudo será conduzido, aprofundando as condições de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por vários estudantes dentro de uma das dezenas de instituições de ensino público superior no Brasil. Falamos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), uma universidade federal totalmente diferente das outras no Brasil e da qual sou estudante, motivando-me com a seguinte questão: *De que forma os auxílios contribuem ou garantem a permanência de estudantes internacionais na UNILAB?* Através deste trabalho buscou-se um conjunto de embasamentos bibliográficos e dados de campo para responder o problema de pesquisa. É importante saber, que medidas têm sido adotadas para que estes estudantes sejam inseridos e conseqüentemente permaneçam e concluam sua graduação

Ora, este trabalho apresenta como hipótese, se as dificuldades socioeconômicas são dos principais impasses para permanecer na universidade, então a criação de políticas estudantis e a sua efetivação é a solução para o problema da evasão e baixo rendimento dos estudantes no ensino superior.

A escolha do tema, foi a partir das inquietações e observações enquanto acadêmica angolana, sobre as questões de desigualdades sociais que dificultam a realização de muitos sonhos e portanto eleva o nível de segregação, buscou-se fazer um estudo sobre os impactos dos auxílios na permanência de estudantes internacionais da Unilab, a fim de compreender até que ponto as políticas estudantis de permanência contribuem significativamente no percurso dos estudantes contemplados, entendo que é fundamental contribuir nos indicativos que venham estimular novas políticas ou melhoramento daquelas que já existem.

Também foi fundamental o conhecimento agregado pela disciplina de “Política Pública e Desenvolvimento”, que eu já havia cursado desde o ano 2019, bem como a disciplina de” Política Pública de Gênero raça e geração” incitaram muitas inquietações importantes para minha reflexão e um olhar diferente na forma de implementar uma política pública de abrangência a todos. Por essa razão, decidi pesquisar este tema para melhorar meu aprendizado, por acreditar que seria uma contribuição literária valiosa nessa área e consequentemente poder levar essa discussão no meu país, onde carece-se de políticas públicas para o melhoramento do cenário educacional e desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Dessa forma, fica evidente que a importância deste trabalho não se limita apenas a mim, por se mostrar um projeto muito inovador para o desenvolvimento das universidades federais do Brasil e demais países. Pretendo ir mais além, me tornando uma pesquisadora na área de políticas públicas de educação e levar essa temática como um incentivo ao governo para se pensar na criação de políticas de assistência estudantil.

Este trabalho tem como objetivo geral, analisar como as ações de assistência estudantil impactam na permanência dos estudantes internacionais na UNILAB, e limita-se nos seguintes objetivos específicos: identificar as modalidades de auxílios recebidos pelos estudantes internacionais; e compreender qual a percepção da comunidade acadêmica internacional da UNILAB sobre as políticas de assistência estudantil.

A fim de obter as respostas das questões norteadoras da pesquisa, recorreu-se a metodologia qualitativa fazendo aplicação de questionários com questões abertas e

fechadas, proporcionando aos entrevistados a possibilidade de partilharem o seu entendimento ou não sobre as questões norteadoras.

É apresentado neste artigo, cinco capítulos que vão nortear este trabalho, dividido entre introdução como o primeiro capítulo, é onde será abordado um pouco sobre a temática no contexto geral, o segundo capítulo trata da metodologia que irá nos mostrar os procedimentos para a realização da pesquisa, no terceiro capítulo o referencial teórico como forma de dar embasamento teórico a partir de trabalhos desenvolvidos por outros autores, no quarto capítulo é apresentado a análise e discussão dos resultados encontrados a partir da aplicação de questionário e todos os aspectos em torno da coleta de dados, e no quinto as considerações finais e conclusão sobre os resultados da pesquisa.

2 METODOLOGIA

Quanto à sua abordagem, a pesquisa foi de cunho qualitativo, para a melhor compreensão aprofundada sobre as relações de estudantes internacionais e as políticas de assistências estudantis numa instituição federal de ensino superior. A pesquisa qualitativa determina que existe uma relação entre o mundo real e o subjetivo (SILVA e MENEZES, 2005, p. 20). Para maior amplitude e engajamento, bem como similaridade no assunto em estudo, a pesquisa é exploratória. Segundo Silva e Menezes (2005, p.21) torna o pesquisador com maior abrangência e familiaridade com a problemática pretendida ou escolhida, de modo a explicitar ou construir hipóteses.

Com o objetivo de compreender os resultados e aprofundar sobre as políticas de assistência estudantil na UNILAB, o método procedimental é a pesquisa bibliográfica. Tal como ressalta Silva e Menezes, (2005, p.21), essa pesquisa é elaborada por meio de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet.

A técnica de recolha de dados se deu a partir de aplicação de questionário online com questões semiestruturadas em formato abertas e fechadas, como meio de possibilitar maior abrangência a pesquisa, e como forma de colocar o entrevistado à vontade para expressar as suas vivências e conhecimento sobre como o auxílio tem impactado sua vida e sua permanência na universidade. Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas e assinaladas pelo pesquisado. (GIL, 2002, p.114).

Foi aplicado de forma eletrônica dois questionários semiestruturados A e B,

questionário A para os estudantes internacionais e B para área da gestão dos auxílios. O estudo permitiu obter os dados a partir do questionário eletrônico composto de 13 questões no caso do questionário A onde os respondentes foram estudantes internacionais. Sobre o questionário B, constituído por 11 questões, em que o respondente seria a área da gestão, infelizmente não obtivemos nenhum retorno, deixando um vazio para aquelas questões que dariam respostas às inquietações à visão da Universidade.

Os questionários foram distribuídos a 33 alunos internacionais, disponibilizados por meio de link compartilhados pelo e-mail, Facebook e WhatsApp. Dos 33 entrevistados, todos responderam com êxito e os resultados serão apresentados mais adiante.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, vamos abordar sobre cinco temas importantes que vão dar um embasamento teórico sobre a temática estudada e nos fará chegar aos resultados pretendidos. O primeiro tema apresentará um breve histórico sobre o surgimento das primeiras universidades brasileiras; o segundo fala sobre desafios e avanços das universidades públicas brasileiras; no terceiro abordaremos o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como uma conquista e um direito; no quarto a permanência estudantil nas instituições públicas de ensino; e no quinto a Assistência estudantil na UNILAB, informando, tipificando e analisando o programa.

3.1 Breve histórico sobre o surgimento das universidades no Brasil

Segundo Barreto e Figueiras (2007), as primeiras universidades foram consolidadas na Europa no século XIX, com ideias de universidades de pesquisa e com atividades exclusivas de ensino. Posteriormente, deu lugar a uma associação sequenciada na criação e na transmissão de conhecimento, da pesquisa e do ensino, que hoje trouxe autonomia às universidades para crescer e ganhar outras atribuições. No Brasil, a história da origem das universidades é bastante complexa. Este afirma que as universidades terem surgido no século XX é uma meia verdade, pois foi nessa época que passou a utilizar o nome universidade aos conjuntos de escolas superiores, e que para o Brasil é considerado um processo tardio quando comparado ao resto do mundo ocidental. O surgimento da Educação Superior no Brasil deu-se de forma tardia em relação ao restante dos outros

países das Américas espanholas e inglesas, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial. (VASCONCELOS, 2010, p. 601).

É importante frisar que essas universidades não surgiram do nada, houve uma série de lutas para a concretização das mesmas, sendo que já havia uma larga tradição de ensino superior e foi sobre esta tradição que se constituíram as primeiras universidades no país. (BARRETO e FILGUEIRAS, 2007).

A Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira erguida no Brasil, isto em 1920, após a chegada do rei da Bélgica aquando da sua visita ao país (SOUZA; MIRANDA; SOUSA, 2019). Ela é tida como a primeira universidade brasileira, por ter sido a primeira instituição de ensino universitário criada legalmente pelo Governo Federal através do Decreto nº 14.343, resultando da unificação da Escola Politécnica, de Medicina e uma das Faculdades Livre. Contudo, antes dela, já havia sido criada em 1909, a Universidade de Manaus, em 1911 a Universidade de São Paulo e em 1912 a Universidade do Paraná, todas criadas como instituições livres (MICHELOTTO, 2006 *apud* FÁVERO, 2006, p. 21).

3.2 Os desafios das universidades públicas brasileiras

Ao longo da história, as universidades públicas brasileiras passaram por grandes desafios por conta das mudanças de política universitária. Em 1961 foi aprovada pelo congresso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), quando houve várias mudanças ou avanços no ensino superior em todo o Brasil, com o intuito de promover o acesso aos estudantes e profissionais no ensino. A partir disso, foi se criando mecanismos para que estudantes não apenas ingressassem, mas que também permanecessem nas universidades.

O outro grande desafio foi a expansão do ensino superior no Brasil, que através deste modelo várias instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas foram sendo criadas. Com a expansão das universidades brasileiras ao longo dos anos houve um aumento substancial de vagas ofertadas, bem como um aumento significativo de oportunidades para os jovens ingressarem no ensino superior. Na década 1970, o número de vagas ofertadas para jovens aumentou significativamente, com a implementação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), quando foram criados programas de assistência estudantil que garantiam bolsas de trabalho, de estudo, alimentação e moradia. Este departamento desapareceu após um ano e suas ações foram reduzidas e atribuídas a cada instituição de ensino (DENEM, 2020). Segundo Maluf; Xavier; Victor (2021, p. 05),

o DAE tinha como missão assegurar ações de assistência estudantil em todo o território nacional.

Segundo Assis *et al.* (2013), a criação das políticas públicas educacionais foi outro grande avanço que o ensino público brasileiro ganhou. Este avanço, permitiu o acesso ao estudante através de políticas assistenciais financeira, sendo assim, é importante que se invista mais na permanência desses estudantes como fator do combate à evasão e promoção a inclusão, um dos atos desafiadores dessa caminhada, e uma delas tem sido acerca da democratização do ensino bem como oferecer o ensino de qualidade para os cidadãos.

Para a democratização do ensino, é necessário que as instituições de ensino estejam acompanhadas de estrutura que abrange todo o componente que agrega aquele meio, sendo que as políticas implantadas serão em prol de um melhor desempenho, tanto da parte de gestores, discentes e docente, como relata Assis *et al.* (2013), a efetivação da democratização do ensino superior requer políticas abrangentes de ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, da ampliação dos quadros docentes e técnicos, infraestrutura, novas tecnologias pedagógicas, planejamento, gestão e entre outros.

Todas essas conquistas são fruto de várias lutas que vinham a existir desde a criação das primeiras universidades no Brasil, através da reforma educacional e também sobre as disputas de projetos políticos do século XX. Bittar e Bittar (2012) afirma que nas décadas compreendidas entre 1930 e 1960, o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública. O ano de 1930 no Brasil foi marcado pela história da educação, neste ano se consolidou a escola pública e os vínculos com as políticas educacionais, com o propósito de organizar e implantar um sistema público de educação no país. Estes aspectos, tornou-se a condição principal para o desenvolvimento socioeconômico até os anos de 2000.

As universidades federais passaram a ser contempladas com políticas de assistência estudantis e todas com mesmas estruturas de benefícios, como é o caso da UNILAB. Os auxílios estudantis nas universidades fazem parte de uma política estudantil do governo brasileiro, que de acordo com Lima e Kanikadan (2020), têm o intuito de diminuir a desigualdade. Sendo que essas políticas compensatórias possibilitam, através de ações afirmativas inserção de grupos sociais excluídos, possam ter acesso aos espaços públicos e privados.

3.3 Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma conquista e um direito

A constituição de 1988 no seu artigo 205, garante a educação como um direito de todos e dever do Estado, da família e convida a sociedade a contribuir na efetivação deste direito. Posteriormente, no Art. 206, parágrafo I, cita a questão da permanência no ensino. (BRASIL, 1988).

Com objetivo de discutir e propor ações concretas de apoio e assistência ao estudante, foi criada em 1987 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que resultou na inclusão da assistência estudantil no plano nacional de educação somente em 2001, cujo principal objetivo era o de propor mecanismos que contemplassem e pudesse garantir a permanência dos estudantes de vulnerabilidade econômica. (MALUF; XAVIER; VICTOR, 2021, p. 05).

Outro marco importante foram os reajustes da Lei de Diretrizes e Base da educação de 1996, a permanência de estudantes no ensino tem se tornado um marco para o Brasil, vários programas e políticas têm sido implementadas nas instituições de ensino superior fazendo cumprir o que foi estabelecido pela Constituição.

Duarte e Santos (2017) nos lembra que a luta pela inclusão de políticas estudantis ocorre desde o final da década de 1920 com a criação da primeira casa de estudantes brasileiros na França, onde eram contemplados com benefícios de alimentação e outros para fins de manter a formação. Também foi criada nessa época a bolsa trabalho, onde os beneficiados eram trabalhadores com dificuldades que cursaram os cursos de graduação.

Foi necessário a implementação desses programas estudantis para que o Brasil crescesse cada vez mais e se enquadrasse no modelo de países mais equitativo. Para Bastos (2017), países que não maquiavam ou não poupam gastos na educação, são considerados países desenvolvidos, com altos índices de escolarização e com atitudes que servem de exemplo para outras sociedades. Apostando na educação como mecanismo para formar o indivíduo e prepará-lo para o mundo do trabalho, lembrando que, como previsto na Constituição Federal, a educação é um direito de todos e dever do estado e da família.

Ainda segundo Bastos (2017), o Estado incumbe-se no dever de implementar políticas que ofereçam suporte ao desenvolvimento da sociedade. Nesse caso, as políticas públicas são os meios viáveis pelo qual o Estado deve buscar atender a demanda por educação. Especificamente no Brasil, as políticas públicas surgiram desde os primeiros

anos da República, quando se defendia o ensino primário gratuito para todos os indivíduos e a sua laicidade foi permitida pela constituição.

Apesar dos grandes avanços educacionais, que têm surgido ao longo dos anos, o Brasil necessita de políticas mais enérgicas e mais eficazes, com estratégias seguras e que sinalizem o combate às desigualdades sociais, com oferta de uma educação de qualidade e com investimentos que atendam todas as carências na área, além de uma fiscalização rígida sobre a aplicabilidade dos recursos destinados. (BASTOS, 2017, p. 01).

Os programas educacionais implementados pelo governo tendem a ser úteis, desde que a sociedade não se debruce no comodismo esquecendo-se de exigir o seu integral cumprimento, pois o acesso a permanência a uma educação de qualidade é direito de todos (BASTOS, 2017). As políticas de assistência estudantis visam a proporcionar meios financeiros na educação superior por meio de programas de bolsa auxílio, segundo Costa, (2009, p. 02):

É importante que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Continua o autor que sendo assim, essas políticas devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro para que o indivíduo realize suas atividades diárias, mas também de ordem pedagógica e psicológica.

Embora a educação esteja reconhecida pela constituição (1988) como um direito para todos sem distinção de classe, raça e sexo, é necessário que se crie mecanismos ou ações para a permanência e garantir a democratização do ensino de forma a proporcionar um melhor acompanhamento. Dessa forma o PNAES surgiu com uma política pública fundamental, com o foco em garantir sua permanência.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma alternativa que o governo federal adotou para mitigar os problemas provocados pela história brasileira marcada pela segregação, de forma que todos aqueles que fizessem parte de grupos vulneráveis, tivessem a oportunidade de entrar na universidade. As desigualdades sociais constituem um empecilho para o acesso à universidade, portanto, foi necessário a criação de políticas de acesso, permanência e ações afirmativas que promovessem a equidade e oportunidade.

Conforme o texto acima, como forma de reverter as sequelas motivadas pela história, o governo federal, a partir do artigo 206 da Constituição Federal de 1988 garantiu o direito de permanência estudantil, ou seja, garante o direito de todos entrarem na universidade e ter condições de permanência.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma medida ou política do Ministério da Educação de 12 de dezembro de 2007 que garantiu a

permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES). Seu principal objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria de desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (MEC, 2010).

O PNAES contempla as seguintes assistências: moradia estudantil; alimentação; transporte; saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche e apoio pedagógico; assistência à saúde; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Embora o PNAS seja uma política vinculada ou criada pelo MEC, as suas ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar o desenvolvimento do programa (MEC, 2010).

Assim como as ações executadas, os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos estudantes e a realidade de cada instituição.

3.4 Assistência estudantil na UNILAB: tipificando e analisando o programa

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma universidade que agrega políticas de assistência estudantil do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e que atende através do programa de assistência estudantil (PAES) o ingresso e permanência dos estudantes brasileiros e internacionais na universidade.

A UNILAB foi criada pela Lei nº 12.289/2010 e iniciou suas atividades acadêmicas em maio de 2011 com os objetivos de interiorização do ensino superior com a integração do Brasil aos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o propósito de oferecer ensino de qualidade tanto para estudantes brasileiros quanto para estudantes internacionais oriundos dos continentes africano, asiático e europeu, que possuem o português como língua oficial (XAVIER *et al*, 2017).

Ainda segundo os autores, a instituição possui diversos cursos presenciais e a metade das vagas deveria ser preenchida por discentes brasileiros selecionadas pelo sistema de Seleção Unificada (Sisu), (em percentual de 50%), sendo a outra parte reservada aos universitários estrangeiros selecionados em seus países de origem (em percentual de 50%). O mesmo processo deveria ocorrer para os corpos docentes da instituição (docentes brasileiros e estrangeiros). Atualmente a distribuição entre

brasileiros e internacionais não é igualitária. Hoje, menos de 20% dos estudantes são internacionais e mais de 90% dos docentes são brasileiros.

Esses 20% de estudantes internacionais, mais de 1000 pessoas, deixam suas terras e atravessam o Atlântico à procura de oportunidades e conhecimentos oferecidos pela UNILAB. São provenientes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, tornando a UNILAB uma das universidades do território brasileiro, “mais ricas” em termos de diversidade cultural.

Desta feita, este trabalho vai tratar sobre o impacto dos auxílios na permanência desses estudantes internacionais, sobretudo aqueles localizados no estado do Ceará, pois a universidade ainda tem um campus na Bahia.

Pretende-se abordar sobre a vivência de estudantes internacionais a fim de saber como os programas de assistência estudantil impactam suas vidas acadêmicas, pois a assistência estudantil vai além de um apoio ao discente, propicia as “ideais condições de saúde, acesso aos instrumentais necessário à formação profissional, até o provimento dos recursos mínimos necessários para os estudantes” (DURMARES, 2014, *apud* ARAUJO et al, 2019, p.724).

O Programa de Assistência ao Estudante da UNILAB (PAES/UNILAB) foi regulamentada inicialmente pela Resolução 7 de 08/08/2012, considerando os princípios do PNAES e sob responsabilidade da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), da Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD). (MALUF; XAVIER; VICTOR, 2021).

A Resolução 7 foi alterada e passada para a Resolução 8 de 23/04/2014 para dar sentido a nova estrutura organizacional da UNILAB, sendo que o PAES passou a sua gestão para a Coordenação de Políticas Estudantis (COEST), estabelecida pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE). Além da mudança organizacional, atualmente a Resolução trouxe outras alterações consideradas importantes, como por exemplo a inclusão do auxílio emergencial. Ainda no mesmo ano, foi instituído o Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE) a partir da Resolução 28 de 18/11/2014.

O programa de acolhimento destina-se ao acompanhamento, orientação e apoio na integração do discente à vida acadêmica, acomodação, às instituições brasileiras competentes em termos de saúde, permanência no país, registro acadêmico e inserção no PAES. (MALUF, XAVIER, VITOR, 2021, p. 07). Atualmente está em vigor a Resolução 001-B, de 09/02/2015, que alterou a Resolução 8 de 23/04/2014 por meio do Conselho

Universitário (CONSUNI), colocando a nova reitoria e trazendo algumas finalidades que servirão para a melhoria no seio estudantil.

A assistência estudantil na UNILAB constitui parte da política estudantil da universidade, com a finalidade de oferecer de acordo as possibilidades orçamentais, meio de garantia e apoio institucional para os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial em condições socioeconômicas insuficientes à permanência. O PAES oferece seis modalidades de auxílios para os estudantes, sendo que apenas dois são oferecidos permanente para os estudantes internacionais, como previsto no artigo 7, § 3º a concessão de Auxílios será objeto de criteriosa análise pela Comissão de Seleção e de Acompanhamento de Permanência ao Estudante (COSAPE). Para se candidatar os estudantes precisam estar regularmente matriculados e concorrer a um edital específico que é divulgado de acordo com o cronograma da instituição. A Resolução 001B, de 09/02/2015, apresenta as modalidades de auxílio ofertados pela Coordenação de Políticas Estudantis (COEST/ PROPAE) dispostas no site institucional da UNILAB, conforme a tabela 1.

TABELA 1 – Modalidades de auxílios ofertados

MODALIDADES	FINALIDADES	BENEFÍCIO
Moradia	Apoiar estudantes com residência fora do perímetro dos campi sede do curso presencial regularmente matriculado e que tenham dificuldades de acesso ou outra dificuldade que comprometa a locomoção	380,00 (Trezentos e oitenta reais).
Alimentação	Visa subsidiar as despesas alimentares do estudante, contribuindo na sua permanência em tempo integral na universidade.	150,00 (Cento e cinquenta reais).
Transporte	Proporcionar as condições para a deslocação do estudante para a Unilab, conferindo acesso.	270,00 (Duzentos e setenta reais).
Emergencial	Auxílio provisório que visa mitigar alguma situação em circunstâncias que coloquem em causa a permanência do estudante na universidade.	Variável
Social	Destina-se aos estudantes em situação extrema de vulnerabilidade socioeconômica e que não se encaixam na modalidade de auxílio moradia e alimentação.	380,00 (Trezentos e oitenta reais).
Instalação	Proporcionar as condições básica para o estudante se estabelecer ou fixar na universidade, de forma a obter bens básico e necessários como mobília, eletrodoméstico e outros.	380,00 (Trezentos e oitenta reais).

Fonte: Site UNILAB (Propae)

O estudante deve atentar-se às informações sobre a documentação necessária para concorrer aos auxílios. Essas informações podem ser obtidas através do site que o PAES disponibiliza na página da Unilab, são os documentos:

- ❖ Comprovante de matrícula na Unilab;
- ❖ 02 (duas) fotos atuais 3×4 do estudante;
- ❖ Cópia do Passaporte (folha de rosto e folha do visto de permanência);
- ❖ Cópia do CPF;
- ❖ Cópia do Histórico Escolar do Ensino Médio (Ensino Secundário);
- ❖ Cópia do protocolo de registro de estrangeiro na Polícia Federal.

Portanto, a Unilab é diferente de outras instituições públicas e Federais do Brasil, por ter o intercâmbio com países da África e da Ásia, os estudantes são selecionados a partir de seus países, onde são submetidos a uma prova contendo diversos conteúdos como (matemática, língua portuguesa e redação). É também avaliado o histórico escolar do candidato, e posteriormente ser confirmada a sua aprovação com o envio de uma carta de chamada. A partir da carta de chamada o estudante deve solicitar o visto na embaixada brasileira situada no país do candidato, entregar o termo de responsabilidade financeira bem como autenticar na embaixada o histórico escolar contendo informações do ensino médio.

Os estudantes internacionais atendem a um perfil do programa (PAES) para se adequar às condições de merecer os benefícios. As políticas internas da Unilab é atender aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica e os estudantes internacionais são selecionados atendendo a esses requisitos. Para muitos estudantes, em especial os internacionais, é uma vitória fazer parte dos programas ofertados pelas instituições de ensino superior (IES).

Portanto, como forma de entendermos melhor sobre a assistência estudantil que é ofertada para os estudantes brasileiros e internacionais, tentamos apresentar um conceito sobre a assistência estudantil, que de acordo com Assis *et al* (2013, p. 128) “caracteriza-se como uma ação assistencial, busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida nos campos das políticas públicas de educação superior”.

Ao abordar este trabalho, pretende-se analisar o quanto é importante manter as políticas e programas de assistência estudantil nas universidades, por conta que ela atende um determinado conjunto de demandas por educação com qualidade e a um custo que todos podem e devem participar.

É fundamental que os estudantes que são beneficiados pelos programas de assistência estudantil (auxílios) tenham um acompanhamento adequado que os permita

além de ter o acesso às universidades, permanecerem até a conclusão do curso com os auxílios que lhes é repassado. Consegue-se observar que os estudantes beneficiários após serem contemplados com os auxílios eles podem perder por falta de um melhor aproveitamento acadêmico, ou por números elevados de falta.

Então, para que seja uma garantia a permanência destes estudantes, é necessário esforço por parte dos mesmos, a fim de terminar a formação desejada, caso o estudante não cumpra os requisitos (números elevados de faltas) lhe é cortado o benefício, colocando em dúvida a sua permanência na universidade.

Neste caso, colocamos a existência do plano nacional de assistência estudantil (PNAES), quando o seu propósito é apoiar a permanência dos estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial (MEC, 2009). De acordo com antigo ministro da educação em uma das suas falas, frisou sobre essa questão de permanência que muitos estudantes não lhes é garantida por não adequação ou por não se ter em pauta qual o real motivo de não concluir a formação. Nesse caso, a sugestão deixada por ele, é que se deve garantir que o aluno ingresse, mas permaneça na universidade (MEC, 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo permitiu obter as respostas a partir do questionário eletrônico aplicado aos estudantes internacionais. De acordo com Gil (2002, p. 116), a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. A obtenção dos dados permitiu constituir o embasamento da pesquisa, de forma a perceber como é e de que maneira os auxílios impactam em suas vidas durante a graduação.

O levantamento de dados através do questionário ocorreu durante o período de abril a junho de 2021 e foram entrevistados alunos do 1º ao último semestre de vários cursos. O questionário obedeceu a um roteiro com questões fechadas e abertas com a finalidade de compreender sobre o impacto dos auxílios na permanência de estudantes internacionais da UNILAB.

O trabalho remete-se aos estudantes internacionais, então, foram entrevistadas todas as nacionalidades de países parceiros da UNILAB (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) com a finalidade de compreender as suas perspectivas sobre os auxílios como política de assistência estudantil que garante a permanência e reduz a evasão escolar.

A tabela 2, quantifica o número de entrevistados por curso, sexo e média de idade conforme disposto abaixo.

TABELA 2 - Dados dos/as discentes entrevistados/as por curso, sexo e idade (05/12/2020)

CURSOS	FEMININO	MASCULINO	MÉDIA / IDADE
Administração Pública – Presencial	2	4	28
Bacharelado em Agronomia	0	1	29
Bacharelado em Antropologia	0	0	0
Bacharelado em Humanidades (Ceará-Bahia)	0	2	25
Ciências Sociais	0	0	0
Enfermagem	3	1	26
Engenharia de Computação	0	1	26
Engenharia de Energias	1	14	27
Farmácia	1	0	22
Licenciatura em Ciências Biológicas	0	1	26
Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática	0	0	0
Licenciatura em Física	0	0	0
Licenciatura em História (Ceará-Bahia)	0	0	0
Licenciatura em Letras – Língua Inglesa (Ceará)	1	0	30
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa (Ceará-Bahia)	0	0	0
Licenciatura em Matemática	0	0	0
Licenciatura em Pedagogia (Ceará-Bahia)	0	0	0
Licenciatura em Química	1	1	26
Licenciatura em Sociologia	0	0	0
Relações Internacionais	0	0	0
TOTAL	9	24	26

Fonte: Elaborada pela autora.

A UNILAB tem um quantitativo geral de estudantes da graduação, pós-graduação, presencial e a distância de 6.121 estudantes, sendo que 5.004 são da graduação presencial, nos quais estão distribuídos os estudantes internacionais conforme as tabelas 3 e 4, que apresentam os dados gerais dos estudantes internacionais ativos por curso e nacionalidade no regime presencial no Ceará e Bahia concedendo ao trabalho um agregado qualitativo.

TABELA 3 - Dados dos discentes internacionais ativos por curso (05/12/2020)

CURSOS	QUANTIDADE	%
Administração Pública – Presencial	110	9.27
Bacharelado em Agronomia	78	6.58
Bacharelado em Antropologia	9	0.76
Bacharelado em Humanidades (Ceará-Bahia)	241	20.32
Ciências Sociais	38	3.20
Enfermagem	97	8.18
Engenharia de Computação	31	2.61
Engenharia de Energias	131	11.05
Farmácia	16	1.35
Licenciatura em Ciências Biológicas	37	3.12
Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática	0	0
Licenciatura em Física	31	2.61
Licenciatura em História (Ceará-Bahia)	26	2.19
Licenciatura em Letras – Língua Inglesa (Ceará)	11	0.93
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa (Ceará-Bahia)	87	7.34
Licenciatura em Matemática	30	2.53
Licenciatura em Pedagogia (Ceará-Bahia)	44	3.71
Licenciatura em Química	43	3.63
Licenciatura em Sociologia	73	6.16
Relações Internacionais	53	4.47
TOTAL	1186	100

Fonte: Elaborado pela autora (Dados obtidos no site da UNILAB (Propae)).

TABELA 4 - Dados dos discentes internacionais ativos por nacionalidade (05/12/2020)

NACIONALIDADE	QUANTIDADE	%
Angola	377	31.79
Cabo Verde	45	3.79
Guiné Bissau	660	55.65
Moçambique	45	3.79
São Tomé e Príncipe	52	4.38
Timor Leste	7	0.50
TOTAL	1186	100

Fonte: Elaborado pela autora (Dados obtidos no site da UNILAB (Propae)).

O questionário A constitui um total de 13 questões, sendo que 5 abertas e 8 fechadas. A tabela 5 apresenta os resultados das questões fechadas (com exceção da questão 1).

TABELA 5 – Questões fechadas

Questões fechadas	Respostas	%
1 - Você recebe algum tipo de auxílio na UNILAB? Se sim, cite-os por favor.	Sim Não	87.88 12.12
4 - Você conhece as políticas ou programa de assistência estudantil que é beneficiado ou contemplado?	Sim Não Talvez	82.82 0 18.18
5 - O benefício ou auxílio que lhe é contemplado, cobre as tuas necessidades dentro da universidade?	Sim Não Talvez	42.2 33.33 24.2
8 - De que forma você avalia a gestão da UNILAB na distribuição do auxílio para estudantes internacionais?	Boa Muito Boa Razoável Ruim Muito Ruim	48.5 24.2 24.2 3 0
11 - Você acredita que os estudantes internacionais ao chegarem, devem imediatamente ser beneficiados com auxílio?	Sim Não Talvez	45.5 18.2 36.4
13 - Alguma vez você já procurou saber na Propae sobre como funciona o processo do auxílio?	Sim Não Talvez	51.5 48.5 0

Fonte: Elaborada pela autora

Segundo os dados levantados na pesquisa, as modalidades de auxílios ofertados aos estudantes internacionais são de acordo com a tabela 6.

TABELA 6 – Modalidade de auxílios ofertados

MODALIDADE	FINALIDADES	BENEFÍCIO
Moradia	Apoiar estudantes com residência fora do perímetro dos campi sede do curso presencial regularmente matriculado e que tenham dificuldades de acesso ou outra dificuldade que comprometa a locomoção	380,00 (Trezentos e oitenta reais.)
Alimentação	Visa subsidiar as despesas alimentares do estudante, contribuindo na sua permanência em tempo integral na universidade.	150,00 (Cento e cinquenta reais.)
Emergencial	Auxílio provisório que visa mitigar alguma situação em circunstâncias que coloquem em causa a permanência do estudante na universidade.	220,00 (Duzentos e vinte reais)

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo os dados obtidos a partir das entrevistas, houve uma adesão considerável. Conforme a tabela 5 na questão 1, verificou-se que 87.88% afirmam que recebem o auxílio e destacam os auxílios moradia e alimentação, assim como o auxílio emergencial em função das circunstâncias pandêmicas. Ao contrário, 12.12% afirmam que não recebem os auxílios mensalmente ofertados, com exceção do auxílio emergencial. Os auxílios são um mecanismo de apoio ao estudante, garantido o suporte durante a graduação até a conclusão. Mas, de acordo com os 12,12% obtidos, percebe-se que alguns estudantes acabam concluindo a graduação sem este apoio, e dessa forma esses estudantes

enfrentam enormes dificuldades de terminar a graduação. Não sabemos exatamente o porquê da falta desse auxílio, mas as condicionantes de manutenção dos auxílios, como a frequência, por exemplo, provavelmente influenciaram.

Nas questões 2 e 3, quando perguntados *Como estudante internacional, o que o auxílio representa para ti? E o que é chegar na UNILAB e ter acesso às políticas sociais do Brasil?* Os entrevistados afirmam que os auxílios têm um significado imensurável porque constitui o principal meio de subsistência e manutenção para a sua permanência na universidade durante a graduação e manifestam a satisfação por terem contacto com as políticas sociais ao chegarem no Brasil, sendo que em seus países elas não são tão impactantes quanto deviam. Aqui a resposta foi unânime, sendo que para todos, os auxílios representam o único meio para continuar estudando. Neste caso, podemos recorrer à fala de Silva e Barbosa (2018) que mostram o quanto mitigam os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais dos discentes vindas das camadas populares e no caso da UNILAB, dos estudantes internacionais. Tal como respondeu o estudante denominado A1:

Tem um significado muito importante, porque representa o meio de manutenção, para pagar o aluguel e garantir a alimentação. Pese embora que em unidade. As políticas sociais no meu país carecem de muita melhoria porque são quase inexistentes, no entanto foi uma realidade diferente viver o oposto, é satisfatório porque a priori viemos pela formação e ter uma garantia de permanência é animador A1 (2021).

O auxílio representa muito para mim, porque com ele eu posso me manter na universidade, visto que preciso pagar o aluguel e as minhas contas de energia e água, e também para a minha alimentação durante o meu tempo de graduação e resolver as minhas necessidades básicas A2 (2021).

Ainda nas mesmas questões, outro estudante que recentemente terminou a formação, denominado A3 responde que: “O auxílio serve para ajudar o estudante na sua permanência enquanto estiver na universidade, para mim o auxílio era um grande suporte para pagar as minhas despesas mensais. E sobre conhecer as políticas sociais do Brasil, respondeu que taxativamente não saberia falar sobre este assunto, mas gostaria de saber”. (A3).

É notória a partir da fala do entrevistado A3 que os auxílios garantiram a sua permanência na universidade, sendo que este afirmou ser o grande meio de suporte que subsidiaram as suas despesas enquanto perdurou a sua formação, embora não tenha conhecimento sobre o programa. Salientar que o conhecimento das ferramentas sociais ou de políticas que servem como meio que auxiliam na formação do indivíduo inserido na sociedade é fundamental, conhecer como e quais são os nossos direitos, deveres e

obrigações faz toda a diferença. Pois, até então, a política de assistência estudantil revelou-se, ao longo do tempo, como uma maneira de garantir tal permanência no ensino superior. (ASSIS., et al 2013, p. 127).

Com relação às questões 6 e 7, perguntou-se: *Como seria a tua vida na universidade sem os auxílios estudantis? E podes afirmar que os auxílios são uma garantia para a sua permanência na universidade? Justifique.* Dos entrevistados, 93.94% relataram que seria muito difícil, quase impossível permanecer na universidade sem o auxílio porque dependem exclusivamente do auxílio para garantir o aluguel, alimentação e a aquisição de outros bens básicos. Somente 6.06% relataram que seria indiferente porque já não são contemplados com os auxílios, mas, no entanto, têm buscado alternativas para mitigar a sua falta. E isso deixa evidente o grande papel dos auxílios como meio de auxiliar a permanência dos estudantes durante a graduação. Desta forma, o entrevistado A4 e A5 responderam:

De certa forma as dificuldades seriam bem maiores, o auxílio surgiu no intuito de amenizar isso; Sim. Um número muito reduzido de estudantes tanto estrangeiros como brasileiro desistem da UNILAB quando não são completados com auxílio ou quando perdem a permanência, desistem justamente porque o auxílio é o único meio de muitos se manterem na universidade A4 (2021); seria muito mais difícil, a ausência deste auxílio já é uma das razões para evasão, baixo nível de aproveitamento e outros, então, seria muito difícil. Sim, graças aos auxílios estudantis eu consigo me manter apesar de algumas dificuldades A5 (2021).

As respostas dos entrevistados A4 e A5 são pertinentes, nos remete às políticas estudantis oferecidas nas universidades, como mecanismo capaz de promover o acesso e a permanência até a conclusão do curso. Admite-se que sem os auxílios os estudantes não teriam como estudar, muitos teriam de procurar trabalho e conciliar com os estudos atrasaria muito o percurso do aluno, o que parece acontecer com aqueles que não tem o auxílio. Vale ressaltar também, que existe ainda a questão do período, que dificultaria a busca por uma renda alternativa, sendo que muitos estudantes frequentam o período integral, como no curso de Administração Pública na qual sou discente. Sendo assim, torna-se muito complicado para os estudantes que perdem o benefício, pois, estes devem decidir entre trabalhar e estudar, e na maioria das vezes muitos escolhem o trabalho deixando para trás os estudos ou conciliando até onde puder.

Na questão 9, *você acredita que se deve melhorar alguns aspetos na forma de acolhimento dos estudantes internacionais, e principalmente quando chegam na universidade? Justifique a sua resposta.* Aqui os estudantes deixam claro que devem ser

adotadas medidas para reaver a política de acolhimento, sendo que muitas vezes os bens declarados documentalmente não existem, sendo assim, convidam o setor de assistência estudantil a fiscalizar rigorosamente de forma a proporcionar uma estadia melhor aos acolhidos. Concorde-se também que os estudantes internacionais ao chegarem, devem imediatamente ser beneficiados com os auxílios, e outros acreditam que talvez, sendo que a concessão do auxílio depende de vários fatores a serem avaliados e critérios a serem submetidos.

Os estudantes acreditam que a gestão deve melhorar em alguns aspectos na forma de acolhimento, e principalmente quando chegam na universidade. Sendo assim, tanto os acolhedores como acolhidos carecem de ações formativas de convivência para que possam ter uma temporada mais sadia.

Destacam-se os comentários dos entrevistados A6 e A7: “Sim, deve-se melhorar o acolhimento dos estudantes quando chegam na UNILAB, a Universidade deve começar a vistoria nas casas dos acolhedores, porque há muitos relatos de maus tratos sofrido por parte dos acolhidos.” (A6).

Sim. O valor disponibilizado aos acolhedores não é suficiente para cobrir todos os custos arcados pelo novo estudante e o auxílio de Instalação é inviável para aquisição de bens em bom estado para caminhar no tempo todo em que o estudante estiver durante a sua fase estudantil. (A7).

De acordo ainda o entrevistado A8: “Dar maior suporte ao pessoal que recebe os estudantes em sua casa, neste caso os acolhedores. O custo de vida está alto e o valor que dão para os acolhedores não chega para suprir as necessidades destes estudantes que chegam.

Já na questão 10, *para os estudantes recém-chegados, como avaliam os processos de inscrição no programa de assistência estudantil (Paes)? É demorado ou não? Justifique.* As respostas comentadas variaram entre:

- Demorado;
- Pouco demorado;
- Muito demorado;
- Viável e,
- Rápido.

Os estudantes recém-chegados avaliam o processo de inscrição no programa de assistência estudantil, demorado, outros esclarecem que numa dada altura não era tão demorado quanto hoje, e alguns afirmaram que chega a ser até desgastante também, e os

editais da UNILAB sempre são prorrogados isso dificulta bastante o jeito como muitos estudantes planejam as suas tarefas. Ainda assim, destaca-se a burocracia documental, deixa-se claro que se solicita muita documentação e em um período apertado sendo que tem sido em período regular de aula. Porém, os estudantes entrevistados cobram do setor de seleção medidas simplificadas que contribuam para a eficiência do processo.

Na questão 12, *quando perguntados sobre conhecer a condicionalidade de perder os auxílios e a que meios recorreriam*, os entrevistados apresentaram suas respostas de acordo as seguintes circunstâncias, início, intermédio e fim do curso. Alguns entrevistados afirmam que conhecem as condicionalidades para perder o auxílio (reprovação por faltas e encerramento do prazo de conclusão) e caso ocorra no princípio ou intermédio do curso, seria impossível continuar, porque não teriam condições para prosseguir principalmente os estudantes do turno integral, no entanto outros dizem caso ocorra na fase final do curso, teriam de envidar esforços para conciliar um trabalho e o curso, porque já não daria para desistir sendo que estaria concluindo.

Conforme a fala do entrevistado A9: “Se perdesse seria difícil, mas não desistiria nem voltaria para o meu país”. Já o entrevistado A10 diz: “Conheço as condicionalidades. Se eu perdesse o auxílio e tivesse ainda no começo ou no meio do curso provavelmente iria desistir pois não teria outra fonte de renda para cobrir as minhas despesas”. O entrevistado A11 acrescenta: “Conheço as condicionalidades, que são reprovação por faltas ou extravasar o tempo. Eu particularmente estou já na reta final, e perder o auxílio significaria procurar algo para me manter enquanto termino o tempo restante”.

Salientar que de acordo as respostas obtidas pelos estudantes, se percebe o quanto o auxílio é importante na permanência desses estudantes, por ser um meio que garante o pagamento de sua estadia aqui no Brasil e também na universidade, e por constituir para muitos o único meio de subsistência. Tudo isso nos leva a ver a dimensão do programa de assistência estudantil (PROPAAE) e como a gestão tem feito para incluir os estudantes internacionais nos programas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as primeiras iniciativas de implementação de políticas estudantis, na década de 1930 até ao presente, houve um crescimento considerável nas ações afirmativas de inclusão, muitos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica e financeira têm sido beneficiados com as várias políticas de inclusão social, econômica e afirmativas. Ademais, é notável que a efetivação das políticas estudantis passou por diferentes

processos e desafios, buscando melhorar as políticas já existentes assim como massificar as mesmas na medida em que buscam criar outras.

O alcance dos objetivos propostos foi por meio de contextos relativos aos programas de assistência estudantil no Brasil, e na própria instituição de ensino em estudo, a UNILAB. Permitiu analisar como as ações de assistência estudantil impactam na permanência dos estudantes internacionais na UNILAB, e compreender que, por meio da criação do PNAES, a assistência estudantil deu um grande avanço para a educação pública brasileira e uma garantia para a permanência e a expansão do ensino superior.

Chegou-se aos resultados a partir da pesquisa feita através da aplicação de questionário online aos estudantes internacionais. O resultado mostra que a instituição UNILAB tem contribuído para a permanência dos estudantes internacionais vinculados ao programa de assistência estudantil (PAES-PROPAE) até a conclusão do curso, e tem envidado esforços para enquadrar os estudantes internacionais às políticas estudantis. Porém, percebe-se que apesar da contribuição que tem tido para os estudantes contemplados, ainda se necessita de melhoria quanto ao valor ofertado, dado o custo de vida local, relativamente aos auxílios alimentação e moradia, porque em muitos casos não suprem as necessidades básicas dos estudantes e conseqüentemente acaba sendo muito mais difícil para a permanência do estudante, e que para muitos o auxílio é o único meio de subsistência para continuar estudando.

A insuficiência mostra-se efetiva nesta fase de pandemia, onde os preços da cesta básica e outros bens e serviços tiveram um aumento exponencial. Identificou-se também que muitos estudantes estão desligados do programa, e alguns não têm o conhecimento da funcionalidade dos auxílios recebidos. Ou seja, muitos estudantes foram desvinculados do programa antes da conclusão da sua graduação e, no entanto, reforçando uma das questões endereçadas a gestão e que infelizmente não foi respondida, que era: *Que medidas têm sido adotadas para mitigar ou apoiar os estudantes que perdem o auxílio antes da conclusão do curso?*

É importante referenciar que muitos estudantes tiveram dificuldades em apresentar os tipos de auxílios, assim como debruçar de forma sucinta sobre as políticas públicas estudantis, evidenciando um certo desconhecimento sobre o programa, sendo assim, é interessante deixar o desafio a gestão, de envidar esforços, criando atividades de extensão que envolvam a participação acadêmica, porque além de serem beneficiados e saberem entre linhas que os auxílios garantem a permanência dos estudantes até a

conclusão, é fundamental que o estudante conheça outros pressupostos que fazem parte do processo até a sua efetivação.

Todas essas informações constituem um problema urgente para a gestão do programa em fazer frente a tais situações, visto que os auxílios fazem parte de uma política implementada pelo governo para fins de atender estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e em condições de pobreza que não conseguem ter acesso a uma universidade assim como permanecer até a conclusão do curso.

Vale ressaltar, que o contacto com a gestão não teve sucesso, enviou-se um questionário, o questionário B composto por 11 questões, pelo contacto institucional, mas, não houve qualquer retorno, deixando assim um vazio, para aquelas questões que podiam responder por anseios dos estudantes contemplados pelo programa assim como pelos objetivos definidos pela pesquisadora.

Em linhas gerais, o programa de assistência estudantil é um meio de combate à exclusão e segregação educacional, por reunir condições de acordo com a disponibilidade financeira de permanência dos estudantes na Universidade, providenciando o auxílio alimentação, moradia, emergencial, transporte, instalação e social, sendo os três primeiro indispensável para os estudantes internacionais, principalmente nesse cenário de pandemia. Portanto, é necessário a fiscalizar como são repassadas estas verbas pela gestão, assim como, até que ponto os valores repassados suportam as necessidades básicas dos estudantes de acordo a realidade local, onde infelizmente os estudantes entrevistados afirmam que têm de viver em números acima do normal, como alternativa para suprirem as suas necessidades, dos 33 entrevistados todos partilham as despesas, embora nem todos compartilham a casa com um número muito alto de pessoas.

Para concluir, vale destacar que este trabalho é muito importante, por incitar a discussão em torno de uma das maiores políticas de assistência e permanência de estudante na universidade, certamente traz subsídios que sirvam de base para todos que pretendam conhecer mais sobre a temática “assistência estudantil”. Que a gestão da universidade possa recorrer às indagações levantadas, assim como sugestões deixadas como dados importantes na avaliação das políticas de assistência estudantil e como parte das soluções dos problemas enfrentados pela gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CHAGAS, Denise Maria Moreira. **Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro**. Avaliação: Revista da avaliação da educação superior, Sorocaba, v. 24, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000300009>. Acesso: 20 jan. 2021.

ASSIS, Anna Carolina Lili de; SANABIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves; MACHADO, Carla Silva. **As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras**. Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL, Santa Catarina, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p125>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n4p125>. Acesso em: 24 fev. 2021.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Políticas públicas na educação brasileira**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. V. 1, p. 253-263, 2017. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educação/politicas-publicas. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/politicas-publicas>. Acesso em: 24 fev. 2021.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.17497>. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BORTOLANZA, Juarez. **TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar de Plata, UDFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019**. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf.

Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 20 de dezembro de 2010: **Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES**. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Assistência à educação superior deve ser maior, diz Haddad Comunicações**, de 14 de maio de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/12894-assistencia-a-educacao-superior-deve-ser-maior-diz-haddad>. Acesso em: 03 mar. 2021.

COSTA, Simone Gomes. **A permanência na educação superior no Brasil: Uma análise das políticas de assistência estudantil**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%C3%Aancia%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%C3%A1lise%20das%20pol%C3%ADticas%20de%20assist%C3%Aancia%20estudantil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300009>. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/tcv35NPhMLYGgFjxyhHVRkD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2021.

DENEM. **Permanência estudantil**. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.denem.org.br/2020/02/03/permanencia-estudantil/>. Acesso: 25 jan. 2021.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. **Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade**. Avaliação: Revista da avaliação da educação superior, v. 24, p. 573-593, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KWJWLBpHPFjBKbzSXw7TStb/?lang=pt#top>.

Acesso em: 06 jul. 2021.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online], v. 25, n. 9, p. 148-181, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>. Acesso em: 01 mar. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 10 jun. 2021.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. **Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso/ Student assistance at the Federal Institute Fluminense: possibilities and limits for school retention and graduation**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 145-155, 2015. DOI: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2015.1.20388>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/20388>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GASPARDO, Murilo. **Desafios das universidades públicas brasileiras: Gestão ou política?** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/24/artigo-or-desafios-das-universidades-publicas-brasileiras-gestao-ou-politica>. Acesso: 25 jan. 2021.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2002.

LIMA, Alan Lucas de Oliveira; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita. **Estratégias de permanência no ensino superior para povos indígenas em uma universidade federal**. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 23, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/53193>. Acesso em: 30 nov. 2020.

MALUF, Samia Nagib; XAVIER, Antônio Roberto; VICTOR, Dijane Maria Rocha. **Políticas públicas de assistência estudantil: a percepção de discentes de uma Universidade Federal do Ceará, Brasil**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e47410414380, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14380. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14380>. Acesso em: 3 jul. 2021.

MARTINS, Paulo Fernando de Melo; SILVA, Eder Gama da; MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. **A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais**. Revista Observatório, Palmas, v. 5, n. 6, p. 886, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p886>. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7493>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. **Pobreza e desigualdades sociais**: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1699-1708, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232020255.33972019. Disponível em:

<https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25n5/1699-1708/pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

QUEIRÓS, Bruna Tatianne Moura de; Oliveira, Wellington de. **O direito à permanência escolar**: uma análise dos dispositivos legais. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís do Maranhão. *Anais do VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: USRR*. São Luís do Maranhão, 2017. Disponível Em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/odireitoapermanenciaescolaramaanalisedosdispositivoslegais.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira e; BARBOSA, Maria José de Sousa. **POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO DE PERMANECER NA UNIVERSIDADE PÚBLICA**. *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, v. 16, n. 1, Vitória-ES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22127/14644>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. **Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil**. *Revista Educação Pública*, v. 19, 5. ed. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 20 jun. 2021.

SUHR, Inge Renate Frose. **Processo avaliativo no ensino superior**. Editora: INTERSABERES, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. *Revista AATR*, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 24 maio. 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA. **Quantitativo Geral Discente da UNILAB ATIVOS- Referente a 12/2020**, [Redenção, CE], 05 dez. 2020. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/2020.1-DEZ-Quantitativo-Geral-Discente-da-UNILAB-ATIVOS.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA. **Assistência estudantil**, [Redenção, CE], 08 ago. 2012. Disponível em: <https://unilab.edu.br/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (2015). Consuni. **Resolução nr. 001-B, de 09 de fevereiro de 2015**. Redenção, 2015. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Resolu%c3%a7%c3%a3o-001-B-Altera-a-Resolu%c3%a7%c3%a3o-n%c2%ba-008-2014-que-regulamentou-o-Programa-de-Assist%c3%aancia-ao-Estudante-1.pdf>.

Acesso em: 06 jul. 2021.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/6598/>. Acesso em: 23 jun. 2021.